

## Dossiê: Visões da História Chinesa

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33103>

### **Subordinação, separação e autonomia: abordagens protestantes chinesas para a relação entre Religião e Estado\***

*Subordination, separation, and autonomy: Chinese protestant approaches to the relationship between Religion and State*

*Subordinación, separación y autonomía: enfoques protestantes chinos sobre la relación entre religión y estado*

Lai Pan-Chiu\*\*

<https://orcid.org/0000-0003-1695-651X>

RESUMO: Na história da relação religião-estado na China, o modelo de “subordinação da religião ao estado” foi dominante durante séculos. Nos últimos anos, algumas igrejas protestantes chinesas defenderam o modelo de “separação entre igreja e estado”. Por meio de uma análise histórica e teológica, este estudo argumenta que, a fim de aliviar as tensões entre o protestantismo chinês e o governo chinês contemporâneo, uma alternativa conceitual melhor é reconsiderar a questão em termos de autonomia ao invés de separação ou subordinação, e defender a permissão legal para a coexistência de igrejas oficiais e não oficiais e concedendo diferentes graus de autonomia a cada uma.

Palavras-chave: China. Protestantismo. Relação igreja-estado. Hong Kong

---

\* Originalmente publicado no *Journal of Law and Religion*, Volume 35, Issue 1, April 2020, pp. 149 – 164, traduzido com autorização expressa do autor.

\*\* Formado em Estudos Religiosos (1985) e Mestrado em Teologia (1987) da Universidade Chinesa de Hong Kong, e Ph.D. no King's College London (Teologia Sistemática, 1991). Atua como Professor e Chefe da Divisão de Graduação em Estudos Religiosos, Departamento de Cultura e Estudos religiosos; e Co-Diretor do Centro para o Estudo da Ética Religiosa e Cultura Chinesa, Faculdade de Artes, Universidade Chinesa de Hong Kong. Interesses acadêmicos principais: Diálogo Inter-religioso, Pensamento Cristão Moderno, Cristianismo e Cultura Chinesa, Filosofia da Religião, Ética Ambiental e Religião e Ciências Naturais. Publicações mais recentes: 賴品超。《廣場上的漢語神學》 *Sino-Christian Theology in the Public Square*。香港：道風書社，2014；“Karl Barth and Universal Salvation: A Mahayana Buddhist Perspective.” In: *Karl Barth and Comparative Theology*, edited by Christian T. Collins Winn and Martha Moore-Keish (New York: Fordham University Press, 2019), pp. 85-104; 賴品超。《宗教都是殊途同歸？宗教研究與漢語神學的視角》 *Divergent Religious Paths to Convergent End? Perspectives of Religious Studies and Sino-Christian Theology*。香港：道風書社，2020。E-mail: pclai@cuhk.edu.hk.

**ABSTRACT:** In the history of the religion-state relationship in China, a model of subordination of religion to the state has been dominant for centuries. In recent years, some Chinese Protestant churches have advocated the model of separation of church and state. Through a historical and theological analysis, this study argues that in order to relieve the tensions between Chinese Protestantism and the contemporary Chinese government, a better conceptual alternative is to reconsider the issue in terms of autonomy rather than separation or subordination, and to argue for legally allowing the coexistence of both official and nonofficial churches and grant different degrees of autonomy to each.

**Keywords:** China. Protestant. Church-State relations. Hong Kong

**RESUMEN:** En la historia de la relación religión-estado en China, el modelo de “subordinación de la religión al estado” ha sido dominante durante siglos. En los últimos años, algunas iglesias protestantes chinas han defendido el modelo de “separación de iglesia y estado”. Mediante análisis histórico y teológico, este estudio sostiene que, para aliviar las tensiones entre el protestantismo chino y el gobierno chino contemporáneo, una mejor alternativa conceptual es reconsiderar el tema en términos de autonomía en lugar de separación o subordinación, y defender el permiso legal para la convivencia de iglesias oficiales y no oficiales y otorgar diferentes grados de autonomía a cada una.

**Palabras-clave:** China. Protestantismo. Relación Iglesia-estado. Hong Kong

### **Como citar este artigo:**

Lai, Pan-Chiu. “Subordinação, separação e autonomia: abordagens protestantes chinesas para a relação entre Religião e Estado”. *Locus: Revista de História*, 27, n.1 (2021): 84-105.

\*\*\*

### **Introdução**

Devido ao crescimento fenomenal das religiões na China contemporânea e à complexidade da relação estado-religião, esta mesma relação tornou-se uma importante área de pesquisa para especialistas de estudos religiosos e para aqueles que estudam a China<sup>1</sup>. Entre as relações entre o governo comunista e as religiões que florescem na China, a mais complicada, conflituosa e controversa é provavelmente a relação com o protestantismo. Este artigo tem como objetivo oferecer uma análise histórica das tensões entre o protestantismo e o governo chinês contemporâneo e explorar possíveis opções para aliviar essas tensões.

---

<sup>1</sup> Estudos incluem Fenggang 2012 e Goossaert e Palmer 2011. Para uma pesquisa das questões envolvidas, consulte Laliberté (2011, 191–208). Para uma pesquisa dos métodos e abordagens, consultar Yoshiko e Wank (2009, 1–21).

---

Começo com uma breve definição dos conceitos-chave usados neste estudo. Na China contemporânea, o protestantismo (Jidu jiao 基督教) e o catolicismo (Tianzhu jiao 天主教) são considerados duas religiões diferentes, em vez de duas denominações de uma religião. Com o Budismo, Taoísmo e Islamismo, eles são reconhecidos como duas das cinco religiões legalmente permitidas pelo governo comunista. O termo relação religião-estado (*zheng jiao guan xi* 政教關係) é interpretado vagamente por alguns como se referindo à relação entre política (*zhengzhi* 政治) e religião (*zongjiao* 宗教) como dois tipos ou esferas de atividades humanas, enquanto outros interpretam referindo-se especificamente à relação entre o estado ou governo (*zhengfu* 政府) e a igreja (*jiaohui* 教會) como duas instituições ou organizações. Visto que o termo igreja geralmente implica uma religião institucional, sua aplicabilidade no contexto chinês precisa ser considerada com cuidado porque a religião na sociedade chinesa inclui tanto religiões institucionais quanto a religião difusa (Yang 1991, 20). Frequentemente, é inadequado usar o termo “igreja” ao discutir as religiões chinesas. Conseqüentemente, como o escopo deste ensaio abrange tanto as igrejas cristãs quanto as religiões tradicionais chinesas, usarei o termo relação religião-estado, embora o foco da discussão esteja na relação entre o Estado e a religião como instituição ou organização social. Também usarei o termo relação igreja-estado, especialmente quando a discussão se concentra no Cristianismo.

É comum classificar as igrejas protestantes na China comunista em dois tipos principais. Uma delas são as Igrejas das Três Autorregulações reconhecidas pelo governo (*san zi jiao hui* 三自教會)<sup>2</sup> e a outra são as igrejas caseiras ou igrejas familiares (*jia ting jiao hui* 家庭教會). Em grande parte, devido ao processo de urbanização existem muitas igrejas protestantes urbanas não registradas recentemente desenvolvidas. Embora elas se recusem a se filiar à Igreja oficial das Três Autorregulações, elas diferem significativamente das igrejas domésticas em suas relações com o estado (Fulton 2015; Jie 2016) Alguns adeptos dessas igrejas urbanas não registradas, especialmente os intelectuais, tornaram-se profundamente interessados em questões públicas relevantes, incluindo o estado de direito, direitos humanos, sociedade civil, relação religião-estado e até mesmo teologia pública<sup>3</sup>. Alguns deles foram inspirados na teologia de João Calvino (1509-1564) e tentaram defender seus próprios direitos civis, incluindo o exercício de suas crenças religiosas na esfera pública (Chow 2014, 158-175). Eles tendem a exigir um modelo de separação entre igreja e estado (*zheng jiao feng nie* 政教分離), que está em nítido contraste com o modelo de subordinação da

<sup>2</sup> Igrejas das Três Autorregulações são aquelas sob a administração do Movimento Patriótico das Três Autorregulações e do Conselho Nacional Cristão.

<sup>3</sup> Para uma revisão da teologia pública no mundo de língua chinesa, veja Pan-chiu Lai e Zhibin Xie (2017, 375–500); Chow 2018 e Xie Zhibin 2016. Quando me refiro a publicações chinesas (exceto artigos de periódicos com resumos em inglês), coloco o sobrenome do autor antes do nome dado, de acordo com o costume chinês; o nome será traduzido em pinyin. Se o nome do autor também for conhecido de outra forma em inglês, o nome alternativo aparecerá entre colchetes após o pinyin. A tradução em português do título é fornecida entre colchetes após o pinyin.

religião ao estado (*zheng zhu jiao cong* 政主教從), que tem sido praticado na China há séculos – até milênios.

Começo com uma revisão da relação religião-estado na tradição chinesa, destacando a hegemonia do modelo de subordinação ao mostrar que não só era praticado pelo governo, mas também era sabidamente aceito por várias religiões. Com base em uma breve revisão das concepções igreja-estado nas tradições protestantes, incluindo o desenvolvimento de um modelo separacionista, tento mostrar que o protestantismo chinês exibe uma variedade de abordagens para a relação igreja-estado, incluindo modelos de subordinação e separação. No entanto, é improvável que o governo chinês desista do modelo de subordinação facilmente, embora se espere que a resistência protestante ao modelo de subordinação seja perpétua e a hegemonia desse modelo possa ser insustentável no longo prazo e prejudicial a uma saudável relação religião-estado. Do ponto de vista jurídico, uma alternativa mais viável é a coexistência de dois modelos. De acordo com esse modelo duplo, as religiões oficiais existentes continuariam a desfrutar de seus respectivos status e privilégios estabelecidos, com controle mais rígido do Partido Comunista. Ao mesmo tempo, as organizações religiosas que se recusam a ser absorvidas pelas religiões oficiais seriam legalmente autorizadas a existir com um grau mais alto de autonomia.

### **China Pré-moderna como Estado Religioso**

Na história da China, a religião desempenhou um papel importante na legitimação do governo tradicional chinês (Wang 2005). É justo dizer que o estado na China pré-moderna era um estado religioso, e não um estado secular (Lagerwey 2010). Nesse estado religioso, o imperador era o adivinho-chefe, o sacerdote-chefe e o xamã-chefe da religião oficial (Ching 1993, 43-46). A adoração do Senhor do Alto (*shang di* 上帝), o Ser Supremo e governante de tudo, estava no centro da religião do estado, e esta figura era cercada por um panteão de divindades da natureza, sábios, ancestrais e seres humanos deificados (Soothill 1929, 229). O imperador, como chefe de estado, era chamado de Filho do Céu (*tian zi* 天子) e considerado um rei sagrado que recebeu o mandato divino (*tianming* 天命) do céu para governar. O mandato divino deveria ser conquistado e mantido não por nascimento, mas por boas ações ou mérito, o desempenho adequado nos rituais religiosos relevantes e o governo eficiente do império (Chang 1983). Se um imperador se comportasse extremamente mal, era possível que ele perdesse o mandato do céu e, assim, perdesse a legitimidade política. Nesse caso, uma revolução, entendida em chinês literalmente como “mudança de mandato” (*geming* 革命), era legítima e necessária. A legitimação religiosa do poder com base no conceito de mandato divino perdurou ao longo da história.

---

Os antigos conceitos chineses de mandato divino e realeza sagrada forneciam um suporte religioso ao direito divino do imperador. É bastante irônico que, com a justificativa religiosa do direito divino do imperador, se acreditasse que o imperador tinha o direito (que poderia ser estendido aos funcionários mais relevantes do governo) de monitorar e controlar assuntos religiosos. Em outras palavras, em vez de seguir uma política neutra em relação às religiões ou promover o livre exercício da religião, o governo chinês tendeu a regulamentar, controlar e até mesmo explorar as religiões em benefício do Estado (Yu 2003, 1-20; Yu 2005). Acreditava-se até que o estado possuía o direito de decidir qual é a religião verdadeira ou correta e, portanto, quais religiões eram permitidas, e suprimir ou destruir todas as heresias, religiões falsas, adoração indecente e cultos licenciosos (*yin ci* 淫祠), que são mais ou menos equivalentes ao que ainda hoje são rotulados de cultos maléficos (*xie jiao* 邪教) pelo governo chinês. Na história da China, além das supressões ocasionais do Budismo, algumas seitas religiosas menores também foram suprimidas pelo governo por serem suspeitas de envolvimento em rebelião política. Além de oprimir o Cristianismo, o Estado chinês também tentou suprimir o Islã (Ren e Liang 2006).

### Subordinação da Religião ao Estado

Alguns estudiosos chineses tentam resumir a corrente principal da relação religião-estado na China pré-moderna em termos da subordinação da religião ao estado (Zhang 2012, 1209). Este modelo subordinacionista foi estabelecido na China muito antes da chegada do Budismo. Alguns budistas tentaram defender a independência da Sangha budista e argumentar que, seguindo a tradição budista indiana, não era necessário nem apropriado que os monges budistas prestassem respeito ao imperador. No entanto, eventualmente o governo chinês obteve a supremacia na luta pelo poder contra o Budismo. Os líderes religiosos, incluindo monges budistas, eram obrigados a se identificarem como “súditos” do imperador, e não como pessoas sagradas acima do mundo mundano (Zhang 2012, 1211).

O modelo subordinacionista expressou-se não apenas no estabelecimento pelo estado de um determinado departamento para supervisionar e controlar as religiões, mas também na incorporação ou absorção de religiões pelo estado. Além de conferir certas posições políticas e honras a líderes religiosos para incorporá-las ao sistema estatal, o estado também poderia absorver a adoração de certas divindades originadas em nível local no panteão do culto estatal. Por exemplo, Mazu 媽祖 era originalmente uma deusa que protegia e salvava pessoas quando pescavam ou viajavam por mar, e era amplamente adorada entre as aldeias costeiras no sudeste da China. O estado aprovou o culto de Mazu ao conferir vários títulos honorários associados à função de

---

proteger a nação, até mesmo tornando Mazu um objeto oficial do culto do estado (Chen e He 2013, 97-100).

Um resultado dessa estratégia de absorção política é que as três principais religiões, ou ensinamentos, na China pré-moderna – Confucionismo, Taoísmo e Budismo – aceitaram a autoridade do imperador e do estado em assuntos religiosos, e as três competiram entre si pela atenção e, portanto, o patrocínio do imperador e do estado. Em outras palavras, o modelo de subordinação foi aceito não apenas pelas tradições indígenas do Taoísmo e Confucionismo, mas também por uma religião de origem estrangeira, ou seja, o Budismo, que inicialmente tentou resistir a esse modelo. É bastante irônico que as articulações ou afirmações mais conhecidas deste modelo subordinacionista sejam de um monge budista chamado Dao'an (道安, 312-385), que disse: “sem depender do imperador, é difícil estabelecer os assuntos do Dharma “(*bu yi guo zhu, ze fa shi nan li* 不依國主, 則法事難立) e “o imperador é o senhor da religião “(*jun wei jiao zhu* 君為教主) (Zhang 2012, 1211-1212). Além disso, mesmo após o estabelecimento da República da China, com a política oficial do governo de liberdade religiosa e sem religião oficial, alguns budistas continuaram a pedir o apoio ou intervenção do governo, em suas tentativas de reformar o Budismo (Lai 2003, 108-110).

Uma das consequências mais importantes da absorção pelo estado das três tradições é que, uma vez que os status dos líderes religiosos em suas respectivas hierarquias eram controlados pelo patrocínio do estado, eles tendiam a aceitar a autoridade do imperador em questões religiosas. Ou seja, os líderes dessas tradições geralmente eram partidários leais do imperador e não tinham incentivos para desenvolver uma concepção alternativa da política, inclusive no que diz respeito à relação religião-estado.

Com a autoridade absoluta da monarquia política na China, é perfeitamente compreensível que a “subordinação da religião ao Estado” tenha sido o modelo dominante da relação Estado-religião na China pré-moderna durante séculos, senão milênios. Tomando emprestada a terminologia ocidental relacionado com a teoria política medieval das duas espadas, este modelo de subordinação era semelhante ao cesaropapismo. A teoria contrária do monarquianismo papal não foi devidamente desenvolvida na China. O caso mais conhecido de um líder religioso que se tornou imperador é talvez o de Hong Xiuquan (Hong Xiuquan 洪秀全, 1814–1864), imperador fundador do breve Reino da Paz Celestial (*tai ping tian guo* 太平天國, 1851-1864).

Como Zhang Jian resume e comenta, sob as influências do Confucionismo e do sistema sociopolítico da linhagem patriarcal, esperava-se que as religiões fossem obedientes ao imperador, que representava o ápice deste sistema hierárquico, e que contribuíssem para a continuação e fortalecimento do sistema sociopolítico de linhagem. Um dos problemas graves era que, com base na teoria do direito divino do imperador, acreditava-se que o imperador tinha autoridade para

---

governar qualquer coisa dentro de seu reino, e não havia um mecanismo eficaz de controle e equilíbrio para limitar a autoridade totalitária do mesmo. Como as únicas organizações encontradas que não dependiam desse sistema sociopolítico de linhagem, as religiões eram frequentemente sujeitas a suspeita, controle e até mesmo supressão. Isso era especialmente verdadeiro para as religiões de origem estrangeira. Na prática, havia muitos problemas na gestão política das religiões, incluindo (1) ineficácia, (2) gestão-sobreposta, (3) obsessão com poder administrativo e abuso de violência, (4) a determinação da política nacional sobre religião com base nas crenças individuais do líder político e (5) poder político sem pesos e contrapesos. Abordar essas questões exigiria desenvolver o estado de direito, garantindo legalmente os direitos civis da liberdade religiosa, restringindo o poder administrativo e administrando as questões religiosas com regulamentos adequados (Zhang 2012, 1202-27). No entanto, os problemas do modelo subordinacionista desenvolvido na China antiga são ampliados em vez de resolvidos na China contemporânea.

### **Relações Religião-Estado na China Moderna**

O modelo subordinacionista desenvolvido na China pré-moderna foi adotado pelo governo republicano (1911–1949). Embora a liberdade religiosa seja garantida pela constituição, o governo republicano tentou retomar o direito à educação das organizações religiosas por meio de legislação, especialmente durante a década de 1920. Semelhante a casos comparáveis em vários países ocidentais naquela época, esta política afetou o desenvolvimento subsequente de várias religiões, especialmente as igrejas cristãs na China. Além disso, sob a influência da cultura ocidental moderna, incluindo a demarcação entre religião e superstição, o governo republicano também estabeleceu vários regulamentos sobre religião e superstição (Ma 2010; Nedostup 2009). Esses regulamentos ou políticas, incluindo a conversão de templos locais em escolas ou outros usos mais práticos ou seculares, resultaram na supressão da religião popular chinesa (Katz 2014). Com um governo mais poderoso, centralizado e totalitário, a China comunista praticou o modelo subordinacionista de uma forma muito mais radical depois de chegar ao poder em 1949.

A República Popular da China é basicamente um partido-Estado. Com sua ideologia ateuista e antirreligiosa, é perfeitamente compreensível que o Partido Comunista tenda a suprimir as religiões por meio do Estado. No entanto, o Partido Comunista também adota uma abordagem instrumentalista ou pragmática à religião. Por exemplo, em vista da necessidade estratégica de “unir” os crentes religiosos e fazer uso das religiões para fortalecer seu regime, o Partido Comunista anunciou um “Programa Comum” (*gongtong gangling* 共同綱領) em 27 de setembro de 1949, permitindo a liberdade de crença religiosa, por um lado (Artigo 5), e confisco das terras rurais pertencentes às igrejas ou templos, por outro (Artigo 3) (MacInnis 1972, 21). Da mesma forma, de

---

acordo com o Artigo 36 da Constituição (1982), a liberdade de crença religiosa é garantida e as “atividades religiosas normais” são protegidas, mas as organizações e assuntos religiosos não devem sofrer interferência de poderes estrangeiros, e é ilegal fazer uso de religião para perturbar a ordem social, prejudicar a saúde das pessoas ou sabotar o sistema educacional do estado. É importante observar que a liberdade religiosa garantida pela Constituição se restringe à “crença” e não inclui necessariamente o seu “exercício”, e cabe ao Partido Comunista definir o que são atividades religiosas “normais”. Na verdade, o regime comunista publicou muitos regulamentos relacionados a assuntos religiosos, incluindo alguns abarcando todas as religiões e outros cobrindo religião(ões) específica(s).<sup>4</sup>

Além do aspecto jurídico, o modelo subordinacionista também é exibido na administração do governo. Além do Bureau Religioso, órgão governamental que tutela os assuntos religiosos, o Partido Comunista também fez uso do Movimento Patriótico das Três Autorregulações e do Conselho Nacional Cristão para controlar as igrejas protestantes. O termo “Três Autorregulações” refere-se aos princípios de autogoverno, autossustentação e autopropagação, que já haviam sido desenvolvidos antes de 1949. Logo após 1949, alguns líderes protestantes apelaram ao governo, alegando que, a fim de dissociar as igrejas chinesas de potências estrangeiras, elas administrariam as igrejas protestantes de acordo com os princípios das Três Autorregulações, mas sob a supervisão do Partido Comunista. Independentemente de quão bem esses líderes da igreja pudessem representar os cristãos protestantes na China, seu apelo foi aceito pelo governo comunista, que transformou esses líderes eclesiais autônomos em representantes oficiais das igrejas protestantes (Liang e Xing 1996). Como as atividades religiosas devem ser realizadas em locais designados para fins religiosos, todos os locais religiosos devem ser registrados. Eventualmente, todas as igrejas legalmente registradas eram administradas pelo Movimento Patriótico das Três Autorregulações ou pelo Conselho Cristão Nacional, e estavam sujeitas ao controle do governo, enquanto aquelas que se recusaram a se registrar tornaram-se ilegais e sujeitas à repressão política (Xing 1999).

Além da estrutura administrativa, o Partido Comunista também enviou membros disfarçados para se juntarem à liderança da igreja a fim de monitorar e controlar as igrejas protestantes. O caso mais conhecido é provavelmente Li Chuwen (李儲文, 1918–2018), que se tornou membro do partido comunista durante a segunda Guerra Sino-Japonesa e foi enviado para receber treinamento teológico em Yale entre 1949 e 1950. Ele então serviu como pastor da Igreja

---

<sup>4</sup> Para os documentos primários relevantes, incluindo os regulamentos do governo e declarações de líderes políticos relevantes, até o final da década de 1960, consulte MacInnis 1972.

---

da Comunidade (Guoji libai tang 國際禮拜堂, literalmente “capela internacional”) em Xangai. Após a divulgação de sua filiação partidária durante a Grande Revolução Cultural (1966–1976), ele deixou de trabalhar como pastor da igreja e começou a servir como funcionário do governo com várias nomeações políticas. Em 1983, foi nomeado vice-diretor da Sucursal de Hong Kong da Agência de Notícias Xinhua (Xīn huá shè 新華社), que serviu como embaixada chinesa de fato em Hong Kong antes de 1997, quando seu papel anterior como agente secreto para as igrejas protestantes foi divulgado.

Embora o Partido Comunista Chinês adote claramente uma abordagem subordinacionista de uma forma muito completa, sua prática como um todo pode ser descrita como uma mistura de supressão e controle. De tempos em tempos, a política religiosa oscila entre os dois polos da supressão baseada em ideologia e controle brando impulsionado pela consideração pragmática. Quando a China se envolveu na guerra da Coreia (1950-1953), que também foi interpretada como uma guerra contra o “imperialismo americano”, uma repressão mais severa foi aplicada às igrejas. As Igrejas das Três Autorregulações mudaram sua ênfase de igrejas das “Três Autorregulações” para igrejas “Patrióticas” de modo a destacar sua posição anti-imperialista. Mas quando o Partido Comunista começou a implementar a política de abertura e reforma no final dos anos 1970, ele adotou uma abordagem mais tolerante às religiões, e tendeu a fazer uso delas para desenvolver relacionamentos com países estrangeiros. Em resposta, as Igrejas das Três Autorregulações apoiaram as novas políticas do governo e repetiram os novos slogans políticos, como adaptação mútua relação entre religião e China socialista (Deng 1997). Nos últimos anos, especialmente após a ascensão de Xi Jinping, um controle mais rígido e uma repressão ainda mais severa tornaram-se cada vez mais a norma. O Bureau Religioso agora está diretamente subordinado ao Partido Comunista em vez do governo. Visto que as igrejas domésticas e as igrejas urbanas não registradas não têm autorização, eles não podem legalmente construir suas próprias capelas. Essas igrejas não registradas, como a Igreja Shouwang (守望堂) em Pequim, nem mesmo têm permissão legal para alugar ou comprar propriedades não religiosas para suas reuniões religiosas. No entanto, também é importante observar que existem diferenças regionais significativas em termos de implementação da política religiosa. Por exemplo, a destruição de capelas e cruzeiros aconteceu em Zhejiang e em alguns outros lugares, mas não em todas as províncias. Na verdade, muitos edifícios de igrejas e cruzeiros foram destruídos “legalmente” em nome da demolição de construções ilegais, e não como um ataque oficial à religião. Além disso, algumas estátuas budistas que foram construídas com a permissão dos governos locais relacionados foram demolidas mais tarde por algumas autoridades por várias outras razões. A falta de consistência na implementação da política religiosa indica não apenas um sistema de “império por meio da lei”, ao invés de um “império da lei” na China

---

comunista, mas também sugere que a implementação da política religiosa pode ser afetada pelas mudanças nas circunstâncias sociopolíticas e pelas preferências pessoais dos líderes políticos.

### **Subordinação e separação no protestantismo**

Para entender as relações entre o protestantismo e o governo comunista chinês, incluindo as respostas protestantes chinesas ao modelo de subordinação na China, é importante revisar as relações entre o estado e a igreja no protestantismo. É bem sabido que as abordagens protestantes para o relacionamento igreja-estado foram moldadas em grande parte pela Reforma do século XVI. Em vez de ser um movimento unificado, a chamada Reforma deve ser entendida como um conjunto de “Reformas” em reconhecimento de sua pluralidade e do fato de que a política desempenhou um papel crucial no seu desenvolvimento plural. No que diz respeito à relação igreja-estado, o princípio de “região de quem, religião deles” (*cuius regio, eius religio*) assumido pela Paz de Augsburgo em 1555 pode implicar que os governantes têm o direito de decidir as religiões de seus respectivos territórios. Isto parece assemelhar-se ao modelo de subordinação na China. Na verdade, os reformadores magisteriais, como Martinho Lutero (1483-1546), pareciam aceitar este modelo ao tentar solicitar apoio da autoridade política para implementar a reforma proposta e resistir às ameaças militares de líderes políticos que eram contra a reforma, embora Lutero também propusesse estabelecer limites à autoridade secular. Em contraste com os reformadores magisteriais, os reformadores radicais, especialmente os anabatistas, preferiram defender a autonomia da igreja, que deveria consistir apenas de crentes, e defender um modelo de separação da igreja do estado. O caso da igreja calvinista ou reformada é bastante complicado. Enquanto algumas igrejas reformadas se aproximaram da posição de reformadores radicais e defenderam a independência ou autonomia da igreja em relação ao estado, outras se aproximaram da posição de reformadores magisteriais, fazendo uso do governo para implementar a reforma e até projetando uma visão de teocracia (Lindberg 2010; Lai e Xin 2017). Em certo sentido, as igrejas protestantes exemplificaram diferentes modelos de relação igreja-estado e lutaram pela autonomia da igreja de diferentes maneiras – dentro ou fora da estrutura de uma igreja estatal. Em parte, devido à insistência dos reformadores radicais e alguns outros grupos religiosos minoritários em vários países, a tolerância religiosa foi eventualmente implementada em muitos países. Nesses países, igrejas de diferentes denominações, com visões divergentes da relação igreja-estado, passaram a coexistir pacificamente em um país ou mesmo em uma cidade (Brake 2017).

Considere a Inglaterra como um exemplo. A Igreja Anglicana parece ser um caso típico do modelo subordinacionista. Além de reconhecer o rei ou a rainha como seu governador supremo na terra, a Igreja Anglicana também permite a influência do estado sobre certos assuntos da igreja.

---

Por exemplo, em relação à nomeação do clero sênior, espera-se que a autoridade da igreja encaminhe dois candidatos com sua própria preferência ao primeiro-ministro, que tem o direito de priorizar os candidatos e nomear o segundo candidato da lista de prioridades original. Ao mesmo tempo, muitos outros cristãos recusaram-se a aderir a esta igreja estatal. Além dos católicos romanos, havia também os não-conformistas, que preferiam um modelo separacionista. A recusa de aderir à Igreja Anglicana expôs um sério problema relativo ao modelo subordinacionista; nomeadamente, há protestantes que se recusam a aceitar a autoridade do Estado (especialmente em questões religiosas), ou a posição doutrinária da igreja estatal, ou ambas. No entanto, com a eventual introdução da tolerância religiosa, e sem revogar o status da Igreja Anglicana como a igreja estatal, outras denominações protestantes e a Igreja Católica Romana passaram a ser legalmente permitidas. Tanto a igreja estatal como a igreja não estatal poderiam manter sua autonomia em seus respectivos caminhos. O resultado final foi uma espécie de coexistência de dois modelos diferentes; a Igreja Anglicana poderia continuar a exercer sua autonomia sob um modelo subordinacionista, enquanto outras igrejas protestantes poderiam manter sua autonomia sob um modelo separacionista.

### **Aceitação da Subordinação Protestante Chinesa**

Considerando o precedente estabelecido pela Igreja Anglicana, é teoricamente possível para o protestantismo chinês aceitar o modelo de subordinação. Dada a relação entre a Igreja Anglicana e o governo britânico, não é surpreendente descobrir que o governo colonial de Hong Kong, especialmente durante o período inicial de seu domínio colonial, usou os cristãos chineses como intermediários para a comunicação do governo e, portanto, o governo dos chineses locais (Smith, 2005). Na verdade, o governo colonial classificou os bispos anglicanos e católicos no topo da lista de cerimônias oficiais (sem incluir os líderes de outras religiões ou denominações) e viu as igrejas cristãs (e, em menor medida, algumas outras religiões) como potenciais parceiros ou colaboradores no fornecimento de educação e outros serviços sociais (Leung e Chan 2003). Na China continental, o líder mais conhecido do Movimento Patriótico das Três Autorregulações e do Conselho Cristão da China foi o Bispo Ding Guangxun (KH Ting, 丁光訓, 1915–2012) que foi consagrado pela então Igreja Anglicana Chinesa como bispo da Diocese de Zhejiang em 1955, e mais tarde ocupou vários cargos políticos de destaque a nível provincial e nacional, incluindo a vice-presidência da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Da mesma forma, o Bispo Kong Baoluo (Paul Kwong, 鄭保羅), o atual arcebispo anglicano de Hong Kong, aceitou a nomeação política para servir como membro da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. As nomeações políticas de Ding e Kong são comparáveis aos bispos anglicanos com assento na Câmara dos Lordes do

---

Parlamento britânico. Os casos de Ding e Kong parecem ser evidência *prima facie* da possibilidade de se aceitar o modelo chinês de subordinação de uma forma anglicana, mas na China também existem alguns desafios teóricos e práticos para a abordagem anglicana de subordinação.

Em um ensaio chinês sobre John Henry Newman (1801-1890) e o Movimento de Oxford (1833-1845), eu desafio a viabilidade da abordagem anglicana para a relação igreja-estado. Como eu argumento no ensaio, uma vez que o rei ou rainha da Inglaterra precisam ser membros da Igreja Anglicana, é legítimo para o governador supremo da mesma intervir nos assuntos da Igreja, e isso não deve ser considerado uma ameaça à autonomia da Igreja. No entanto, após a Revolução Gloriosa de 1688, o poder político real passou do trono para o parlamento. Ao contrário do rei ou da rainha, os membros do parlamento não são necessariamente membros da Igreja Anglicana, especialmente após a implementação de políticas relacionadas à tolerância religiosa. Em outras palavras, o estado ao qual a Igreja Anglicana estava subordinada não era mais necessariamente anglicano. O protesto feito pelo Movimento de Oxford contra o Ato da Igreja da Irlanda de 1833 levantou questões não apenas sobre a apostolicidade da Igreja e a legitimidade da intervenção do Estado nas questões da Igreja, mas também sobre o perigo do erastianismo, que afirma a superioridade do Estado sobre a Igreja em questões eclesiais, especialmente quando o parlamento se torna menos amigável com a Igreja Anglicana. Eu concluo o ensaio com a sugestão de que as igrejas contemporâneas fariam bem em seguir a abordagem de Newman de defender a apostolicidade da igreja em um ambiente cada vez mais secular ou hostil (Lai 2003, 21-41). O ensaio não faz nenhuma referência explícita ao contexto chinês, mas a implicação para a China deve ser óbvia. A saída de Newman da Igreja Anglicana e seu ingresso na Igreja Católica Romana podem ser interpretados como um voto de não confiança na capacidade da Igreja Anglicana de manter sua autonomia vis-à-vis ao estado. Este é um desafio bastante sério ao modelo subordinacionista de um *insider* e apoiador de longa data.

Independentemente do modelo da Igreja Anglicana funcionar bem na Inglaterra, deve-se questionar sua aplicabilidade ao contexto chinês. Teoricamente falando, o modelo da Igreja Anglicana não é aceitável nem para o Partido Comunista nem para as Igrejas Protestantes na China Continental. Em princípio, o chefe de Estado da China Comunista deve ser membro do Partido Comunista e deve ser ateu, e não um cristão ou praticante de qualquer religião. É bastante difícil conceber como, tanto da perspectiva comunista quanto da perspectiva cristã, um ateu ou partido político poderia ser proclamado “Governador Supremo na Terra” das igrejas na China. Embora alguns líderes das igrejas oficiais possam ter tentado muito construir uma justificativa teológica para sua aceitação da subordinação da igreja para o estado ou para o partido comunista, esta aceitação é baseada principalmente na realidade política atual, ao invés de qualquer tradição teológica cristã.

---

Considerando o caso em uma perspectiva mais prática, a experiência real da Igreja Anglicana indica claramente que a subordinação da Igreja ao Estado pode permitir que assuntos da Igreja sofram interferência ou sejam ou manipulados por um governo que pode não respeitar a autonomia da igreja. Se a Igreja Anglicana, que é legalmente estabelecida como a igreja estatal e amplamente reconhecida como uma incorporação ou patrona da herança cultural da Inglaterra pode ter problemas em manter sua autonomia em relação ao estado, é bastante irrealista esperar que o governo comunista chinês respeite totalmente a autonomia das igrejas cristãs, especialmente quando o Cristianismo é frequentemente considerado uma religião de origem estrangeira associada a poderes imperiais. Além disso, a subordinação da religião ao Estado, exigida pelo partido comunista chinês, é muito abrangente e fundamental. Embora o governo seja proclamado ateu com um histórico infame de hostilidade ao Cristianismo, ele também tende a influenciar ou mesmo controlar as igrejas em questões práticas, pessoais e teológicas. O slogan político “Ame a nação, ame a religião” (*ai guo ai jiao* 愛國愛教), que é enfatizado pelo Partido/governo comunista e promulgado pelas igrejas oficiais na China, coloca o patriotismo acima da identidade religiosa de uma pessoa. Em certo sentido, a demanda política do partido comunista é em si mesma “religiosa”: é preciso amar a nação (junto com o partido comunista) mais do que qualquer outra coisa, incluindo a própria religião. Os cristãos chineses podem ter de se perguntar se esse preço é muito alto e se o modelo de subordinação pode representar uma idolatria do Estado. Os recentes eventos de destruição de igrejas e cruzeiros na província de Zhejiang podem minar ainda mais o modelo de subordinação, pois algumas das igrejas demolidas na verdade pertencem às igrejas oficiais das Três Autorregulações. É preciso perguntar se o modelo de subordinação pode realmente gerar uma relação religião-estado estável e pacífica na China comunista.

### **Exigências protestantes chinesas de separação**

A inadequação do modelo subordinacionista é mostrada não apenas na relação entre igreja e estado, mas também na relação entre as igrejas. Como o caso da Igreja Anglicana indica, a existência de uma igreja estatal pode ser uma questão divisionista entre os cristãos. Problemas semelhantes podem ser encontrados na China. Por exemplo, Wang Mingdao (王明道, 1900–1991), um famoso pregador que trabalhou em Pequim, recusou-se a ingressar no Movimento Patriótico das Três Autorregulações porque achou muitos de seus líderes teologicamente heterodoxos. Ao invés de ser um caso isolado, Wang Mingdao é reconhecido como o representante ou pioneiro de uma tradição não-conformista que floresceu no Cristianismo chinês até os dias atuais (Hao 2016, 87-122). Considerando a diversidade doutrinária entre as igrejas protestantes, bem como a

---

---

diversidade de suas posições sobre as relações igreja-estado, não é de forma alguma fácil estabelecer uma igreja estatal que pode se subordinar ao estado e unir todos os protestantes ao mesmo tempo.

Embora as Igrejas das Três Autorregulações oficiais tenham declarado de tempos em tempos que as igrejas chinesas entraram em um período pós-denominacional após 1949, o “pós-denominacionalismo” parece ser mais uma esperança defendida por alguns líderes da igreja do que uma realidade presente. Além dos “cristãos culturais” (estudiosos do Cristianismo que se abstêm de se tornar membros da igreja) também existem alguns grupos cristãos nativos que se recusam a aderir às igrejas oficiais. Um exemplo notável é a igreja nativa conhecida como Igreja do Pequeno Rebanho (*xiao qun jiao hui* 小群教會), que é inspirada na tradição teológica, espiritual e eclesial associada a Ni Tuosheng (倪柝聲, 1903–1972, também conhecido como Watchman Nee) (Starr 2015, 2045-58). Embora não haja nenhuma igreja se proclamando luterana, anglicana ou batista na China continental hoje, existem algumas igrejas protestantes chinesas que se identificam com a tradição reformada chamando-se igrejas de *gui zheng zong* (歸正宗, literalmente, denominação do retorno ao correto) ou *gai ge zong* (改革宗, literalmente, denominação da mudança-transformação). Essas igrejas reformadas desafiam tanto a visão “pós-denominacional” quanto o modelo de subordinação da relação igreja-estado adotado pelas igrejas oficiais.

Um exemplo famoso é a Igreja Reformada das Bênçãos da Chuva de Outono (*Qiu yu zhi fu gui zheng jiao hui* 秋雨之福歸正教會) em Chengdu, Sichuan, que tentou articular uma abordagem de Reforma para as relações entre a igreja e o estado, com ênfase nas ideias da liberdade religiosa, liberdade de consciência e estado de direito, em seu “Reafirmando nossa posição sobre as igrejas domésticas: 95 teses”, publicado em 2015<sup>5</sup>. Como Chloë Starr perceptivamente aponta, as 95 teses como um todo exigem a separação absoluta entre igreja e estado, condenam o Movimento Patriótico das Três Autorregulações como o “anticristo” e se propõem a substituir a ideia de “Sinicização” (*Zhongguo hua* 中國化) do Cristianismo por uma visão de “evangelização da China (*Zhongguo fu yin hua* 中國福音化), reinização da igreja (*jiao hui guo du hua* 教會國度化) e Cristianização da cultura (*wen hua Jidu hua* 文化基督化).” Há vários problemas com as teses. Em primeiro lugar, a posição absolutista sobre a relação igreja-estado que sustentam depende fortemente das interpretações e experiências americanas, em oposição aos modos europeus de relações igreja-estado, que eram mais complicadas e permitiam uma maior aceitação da autoridade do estado, bem como uma abordagem mais flexível para as relações entre o estado e a igreja. Em segundo lugar, as teses podem tornar a reconciliação entre as igrejas registradas e não registradas quase impossível.

---

<sup>5</sup> Qiu yu zhi fu gui zheng jiao hui [A Igreja reformada das bênçãos da chuva de outono], “Wo men dui jia ting jiao hui li chang de zhong shen (jiu shi wu tiao)”, *Sheng ming ji kan* [Life Quarterly], no. 75 (September 2015), Disponível em: <https://www.cclifefl.org/View/Article/4248> Acessado em 8 dez. 2020.

Terceiro, as possíveis implicações políticas da visão teocrática articulada pelas teses podem atrair a desconfiança do governo chinês (Starr 2016).

Em relação à posição das 95 teses, talvez se possa questionar se a liberdade religiosa absoluta e/ou a separação absoluta entre igreja e estado são conceitualmente possíveis (Monsma e Soper 1997; Sullivan 2005). Para uma crítica imanente do estudo de Sullivan, veja Mauldin (2016, 457–81). Pode-se ainda perguntar se há uma tensão entre a visão teocrática calvinista e a defesa da separação absoluta entre igreja e estado. No contexto chinês contemporâneo, um problema um tanto paradoxal é se as igrejas reformadas deveriam exigir a imposição do modelo separacionista nas relações entre o governo e as outras religiões. Em caso afirmativo, essa demanda trai uma agenda teocrática oculta em que o Cristianismo intervém no Estado e até mesmo dita suas relações com outras religiões? Claro, pode-se esclarecer que o princípio da separação entre igreja e estado significa a independência mútua da igreja e do estado, mas isso não proíbe os adeptos da religião de exercer suas próprias influências políticas como cidadãos individuais. No entanto, se “evangelização da China” significa uma conversão maciça da maioria do povo chinês ao protestantismo ou ainda mais especificamente para o calvinismo, isso pode implicar o fim da dominação da ideologia comunista e da tradição religiosamente pluralista na China. Aos olhos do governo e das religiões que preferem o modelo subordinacionista, essa demanda à la Reforma de separação, se imposta a outras religiões, pode contradizer o princípio da separação entre igreja e estado e violar a liberdade de pessoas religiosas não cristãs, incluindo seu livre exercício ou expressão em forma institucional como religiões estatais.

Afinal, não importa quantas igrejas cristãs exijam a separação entre igreja e estado e quantos intelectuais apoiem a liberdade religiosa e os direitos humanos, é muito improvável que o governo chinês desista do modelo subordinacionista em sua relação com a religião. Do ponto de vista retórico, os conceitos de “separação” e “independência” estão associados aos movimentos pela independência de Xizang (Tibete), Xinjiang, Taiwan e Hong Kong. Como a discussão de cada um deles é politicamente tabu na China continental, qualquer conversa sobre “separação” ou “independência” já é politicamente sensível. Para o governo chinês, a reivindicação protestante de separação ou independência clama por um controle cada vez mais apertado. Em segundo lugar, considerando seu caráter totalitário ou mesmo “religioso”, bem como o domínio do modelo subordinacionista na tradição chinesa, não é realista esperar que o Partido Comunista abra mão voluntariamente do controle sobre as questões religiosas. O governo comunista interpretará a separação entre igreja e estado como uma advertência que proíbe a intervenção religiosa na administração do governo, e não como um lembrete ao governo de não se envolver nos assuntos internos da religião. Em terceiro lugar, considerado do ponto de vista jurídico e prático, o

---

protestantismo é apenas uma entre as cinco religiões legítimas na China. Além dos adeptos da igreja oficial das Três Autorregulações, o modelo subordinacionista é adotado por outras religiões, especialmente pelos líderes religiosos que se beneficiam do sistema e o apoiam com interesses particulares. Não há, portanto, nenhuma razão política convincente para o governo comunista aceitar o modelo separacionista e desistir do modelo subordinacionista simplesmente por causa da resistência de algumas (mas não de todas) as igrejas protestantes. As recentes supressões severas da Igreja Reformada das Bênçãos da Chuva de Outono e de algumas outras igrejas “reformadas”, incluindo a destruição ou confisco de suas propriedades e aprisionamento de seus pastores e líderes, demonstra claramente que este modelo separatista não é aceitável para o partido-estado.

### **Negociação Protestante Chinesa pela Autonomia**

Reconhecendo os problemas teóricos e práticos relacionados com a exigência de separação absoluta, as igrejas “reformadas” chinesas poderiam considerar a alternativa de restringir a exigência de separação às suas próprias relações com o governo. Em outras palavras, as igrejas reformadas chinesas poderiam negociar por sua própria autonomia vis-à-vis com o governo, permitindo que outras organizações religiosas considerem e negociem com o governo por conta própria – seja em termos de subordinação, separação ou autonomia. Isso deixaria aberta a possibilidade de coexistência de diferentes modelos. Além da aceitação da subordinação e a exigência absoluta de separação, há uma terceira abordagem protestante para as relações igreja-estado, a de negociar com o governo a autonomia das igrejas registradas e não registradas, bem como sua coexistência.

Wang Aiming (王艾明) é um pastor que se formou na Universidade de Basel com uma tese de doutorado sobre a herança da Reforma para o futuro da igreja na China (Wang 2009). Embora Wang fosse vice-presidente do Seminário Teológico de Nanjing e reconhecido como um dos possíveis líderes das Igrejas das Três Autorregulações, ele agora está servindo como pastor na América do Norte e é um crítico vocal das práticas de fato das Igrejas das Três Autorregulações. Em uma monografia publicada recentemente em chinês, Wang faz uso dos conceitos de igreja magisterial (*ti zhi jiao hui* 體制教會) e igreja livre (*zi you jiao hui* 自由教會) para analisar a história do Cristianismo e a situação atual de igrejas protestantes na China (Wang 2017). Embora Wang tenha se inspirado no pensamento de Calvino, sua abordagem é radicalmente diferente daquela das 95 teses analisadas acima. Para Wang, tanto a igreja magisterial quanto a igreja livre são tipos legítimos de igreja na tradição protestante. Para ele, as Igrejas das Três Autorregulações pertencem ao tipo de igreja magisterial e as igrejas caseiras são exemplos de igreja livre. Enquanto a primeira não deve obrigar a última a se juntar a ela, a última não deve denunciar a primeira. Em vez de antagonismo,

---

Wang recomenda a reconciliação entre as igrejas domésticas e as das Três Autorregulações (Wang 2017, 149-50).

Como um membro da Igreja das Três Autorregulações, Wang aponta perceptivamente que, devido à intervenção política, muitas práticas da igreja foram escolhidas por causa de considerações políticas. A ordem eclesiástica das Igrejas das Três Autorregulações precisa urgentemente ser reformada por meio da reconexão com a tradição apostólica e ecumênica. No entanto, muitos líderes das Igrejas das Três Autorregulações tendem a ser leais ao partido político e estão mais interessados em lutas de poder entre si e em buscar favores políticos do que em se engajar no trabalho pastoral. Dada a falta de qualificação acadêmica e formação espiritual, é previsível que muitas pessoas, especialmente intelectuais, não aceitarão a autoridade ou os ensinamentos dos líderes das Igrejas das Três Autorregulações e prefeririam ingressar em igrejas domiciliares, especialmente as urbanas. O que as igrejas domiciliares precisam é o reconhecimento legal do governo, proporcionando-lhes tolerância legal e garantindo sua liberdade religiosa (Wang 2017, 221).

Ao contrário das 95 teses, que focam as relações igreja-estado quase exclusivamente de sua própria perspectiva teológica, Wang considera a relação estado-igreja também da perspectiva do governo, e argumenta que é do interesse dele conceder autonomia às Igrejas protestantes não registradas. A afirmação da liberdade religiosa e do status legal das igrejas domésticas pode contribuir para o desenvolvimento do Estado de Direito na China. As igrejas oficiais teriam uma chance melhor de restaurar a ordem eclesiástica adequada e servir à sociedade de maneira mais eficaz se o governo lhes concedesse um grau mais alto de autonomia. Para Wang, o que as igrejas domésticas e as das Três Autorregulações precisam é de autonomia (zi zhi 自治), que é a solução para os problemas atuais da relação Estado-Igreja e para o futuro das igrejas cristãs na China (Wang 2017, 85–187, 195, 208–15). Em suma, a abordagem de Wang é negociar por maiores graus de autonomia para as igrejas protestantes oficiais e não oficiais, em vez de simplesmente aceitar um modelo subordinacionista ou exigir um modelo separacionista. Na verdade, Wang defende a coexistência das igrejas magisteriais e livres, bem como sua respectiva autonomia em relação ao Estado.

Conceber a relação em termos de autonomia em vez de separação ou subordinação tem as seguintes vantagens. Primeiro, é mais aceitável do ponto de vista do governo. Ao contrário de “independência” ou “separação”, que são politicamente sensíveis para o governo chinês, “autonomia” ou “autogoverno” são conceitos mais aceitáveis. Na verdade, o governo comunista confere o status de regiões autônomas a províncias com forte presença de grupos étnicos minoritários, incluindo Guangxi, Ningxia, Xizang (Tibete) e Xinjiang, permitindo-lhes um nível de

---

autogoverno eficaz. Um grau ainda mais elevado de autonomia é conferido a Hong Kong e Macau, as duas regiões administrativas especiais, que foram estabelecidas por considerações históricas e políticas especiais diferentes daquelas das regiões autônomas. O conceito de autonomia reflete com mais precisão a preocupação comum entre várias igrejas protestantes de que os assuntos da igreja devem ser decididos pelos membros da igreja apenas e com mínima (se houver) interferência do Estado. Ao contrário do conceito de separação, que tende a excluir as igrejas oficiais, o conceito de autonomia é aplicável tanto às Igrejas das Três Autorregulações quanto às domésticas. Para as igrejas que aceitam o modelo subordinacionista, a questão de como manter a autonomia da igreja dentro do sistema de religiões oficiais é uma questão crítica. Para aqueles que defendem o modelo separacionista, a principal preocupação é a autonomia de suas igrejas fora do sistema. Terceiro, o conceito de autonomia permite uma interpretação relativa, para que possamos conceber diferentes graus ou formas de autonomia. Ao contrário dos conceitos de subordinação e separação, que tendem a ser tudo ou nada, o conceito de autonomia permite negociações entre diferentes graus e formas de autonomia. Em alguns estudos recentes das relações religião-estado na China contemporânea, os estudiosos também tendem a adotar “negociação de dominação” em vez de “resistência à dominação” como o conceito-chave para a análise de casos concretos nas relações igreja-estado na China contemporânea (Vala 2018; Zimmerman-Liu e Wright 2015, 2059-74). Em outras palavras, ao empregar o conceito de autonomia, há uma chance maior de se chegar a soluções aceitáveis tanto para o governo quanto para as igrejas relevantes por meio da negociação.

## Conclusão

O monopólio do modelo separacionista ou do modelo subordinacionista não pode aliviar as tensões entre o governo e as igrejas protestantes chinesas. A forma mais viável de aliviar essas tensões é através da coexistência das igrejas oficiais (que podem preferir o modelo subordinacionista) e as igrejas não oficiais (que podem preferir o modelo de separação). A coexistência de uma igreja estatal com outras denominações é praticada em vários países europeus, incluindo o Reino Unido, e, portanto, não é estranha à tradição protestante. Para o governo comunista chinês, a coexistência de organizações oficiais e não oficiais não é totalmente impossível. Por exemplo, em prol do desenvolvimento econômico, o Partido Comunista permite legalmente a coexistência de empresas estatais (*guoqi* 國企) e empresas privadas (*minqi* 民企). Ambos estão, em última análise, sob o controle do Partido Comunista com diferentes graus de autonomia. Pode ocorrer competição entre os dois, embora a primeira possa receber um apoio mais forte ou até mesmo proteção do governo. Este exemplo “secular” pode implicar que a coexistência legal de igrejas protestantes oficiais e não oficiais não é totalmente impensável. Na verdade, essa

---

coexistência legal pode ser encontrada na China contemporânea, embora não dentro da China Continental.

A Lei Básica, que é o documento oficial que fundamenta legalmente a ideia de “Um País, Dois Sistemas”, concede um “alto grau de autonomia” a Hong Kong e permite a prática de um sistema econômico, político e social radicalmente diferente da China Continental. O Artigo 148 da Lei Básica declara:

A relação entre organizações não governamentais em áreas como educação, ciência, tecnologia, cultura, arte, esportes, profissões, medicina e saúde, trabalho, assistência social e serviço social, bem como organizações religiosas na Região Administrativa Especial de Hong Kong e as suas contrapartes no continente devem basear-se nos princípios de não subordinação, não interferência e respeito mútuo<sup>6</sup>.

De acordo com a Lei Básica, as igrejas protestantes em Hong Kong são legalmente reconhecidas pela República Popular da China, independentemente de serem registradas ou subordinadas às igrejas oficiais das Três Autorregulações na China Continental. Além disso, a relação entre as igrejas protestantes de Hong Kong e as da China Continental é entendida em termos de “não subordinação, não interferência e respeito mútuo”. O caso de Macau é semelhante ao de Hong Kong, ou seja, o governo chinês, por certas considerações pragmáticas, permite legalmente a coexistência dos modelos separacionistas e subordinacionistas das relações religião-estado. Assim, é teoricamente possível considerar a aplicação ou extensão do princípio de “não subordinação, não interferência e respeito mútuo” à relação entre as igrejas protestantes oficiais e não oficiais na China continental.

Considerando a questão do ponto de vista do governo chinês, com a coexistência desses dois modelos, os interesses particulares dos líderes existentes das cinco religiões oficiais não precisam ser afetados, enquanto o antagonismo de pessoas religiosas vindas de fora do âmbito das cinco religiões oficiais será reduzido. O problema relativo ao estatuto jurídico das religiões com relativamente poucos adeptos na China (como o Jainismo, o Hinduísmo, o Judaísmo e as igrejas cristãs ortodoxas) poderia ser abordado de forma semelhante. Isto teria o efeito de beneficiar também as relações diplomáticas da China. No entanto, o problema mais crucial permanece, que é se o governo chinês prefere adotar uma abordagem mais pragmática ou mais ideológica para gerenciar a relação entre o Estado e a religião. Também é responsabilidade das organizações religiosas relevantes negociar com o governo chinês por suas respectivas autonomias.

---

<sup>6</sup> *Lei Básica, capítulo 6*. Disponível em: [http://www.basiclaw.gov.hk/en/basiclawtext/chapter\\_6.html](http://www.basiclaw.gov.hk/en/basiclawtext/chapter_6.html). Acessado em 8 dez. 2020.

---

## Referências bibliográficas

- Brake, Wayne P. Te. *Religious War and Religious Peace in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- Chang, K. C. Chang. *Art, Myth, and Ritual: The Path to Political Authority in Ancient China*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983.
- Chen, Xiao-li, e Wen-ze He. “Local Religion and National Identity: A Case Investigation and Study on Mazu Belief in Guangdong-Hainan Region”. *Journal of Qinzhou University*, n. 9, (2013): 97-100.
- Ching, Julia. *Chinese Religions*. London: Macmillan, 1993. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-22904-8>
- Chow, Alexander. “Calvinistic Public Theology in Urban China Today”. *International Journal of Public Theology*, 8, n. 2 (2014): 158–75. <https://doi.org/10.1163/15697320-12341340>
- Chow, Alexander. *Chinese Public Theology: Generational Shifts and Confucian Imagination in Chinese Christianity*. Oxford: Oxford University Press, 2018. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198808695.001.0001>
- Deng Zhaoming. *Cāng sāng yǔ jì jīng: sì shí duō nián lái dí sī sūn zài ài guó yùn dòng* [As vicissitudes do Movimento Patriótico Três-Eus na década de 1950 e sua situação hoje]. Hong Kong: Christian Study Centre on Chinese Religion and Culture, 1997.
- Fenggang, Yang. *Religion in China: Survival and Renewal under Communist Rule*. Oxford: Oxford University Press, 2012
- Fulton, Brent. *China’s Urban Christians: A Light That Cannot Be Hidden*. Eugene: Pickwick Publications, 2015. <https://doi.org/10.2307/j.ctt1p5f2sm>
- Goossaert, Vincent, e David A. Palmer. *The Religious Question in Modern China*. Chicago: University of Chicago Press, 2011. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226304182.001.0001>
- Hao, Yuan. “Chinese Christianity and their Tradition of Disobedience: Wang Mingdao, Tanghe Church and Shouwang Church as Examples”. *Logos & Pneuma*, n. 44 (2016): 87–122.
- Jie, Kang. *House Church Christianity in China: From Rural Preachers to City Pastors*. London: Palgrave Macmillan, 2016.
- Katz, Paul. *Religion in China and its Modern Fate*. Waltham: Brandeis University Press, 2014. <https://doi.org/10.2307/j.ctv102bhkx>
- Lagerwey, John. *China: A Religious State*. Hong Kong: University of Hong Kong Press, 2010.
- Lai, Pan-chiu, ed. *Jin dai Zhongguo fo jiao yu Jidu zong jiao de xiang yu* [Encontro budista-cristão na China moderna]. Hong Kong: Logos & Pneuma Press, 2003.
- Lai, Pan-chiu, e Zhibin Xie, eds. “Public Theology in the Chinese Context,” special issue, *International Journal of Public Theology* 11, n. 4 (2017): 375-500. <https://doi.org/10.1163/15697320-12341508>
- Lai, Pan-chiu. “Cong Niuman kan shi su hua chu jing zhong de Jidu zong jiao” [Cristianismo no contexto da secularização: Visões da perspectiva de John Henry Newman]. In *Jidu zong jiao yan jiu, di liu ji* [o estudo do Cristianismo], vol. 6, ed. Zhuo, Xinping e Xu, Zhiwei, 21-41. Beijing: Religious Culture Publishing House, 2003.
-

Lai, Pinchao (Pan-chiu Lai) e Xin Gao, *Shui di zong jiao? he zhong gai ge? shi liu shi ji zong jiao gai ge di duo yuan xing yu zheng zhi xing* [Religião de quem? Que reforma? Personagens pluralistas e políticos da Reforma no século XVI]. Hong Kong: Dao feng shu she, 2017.

Laliberté, André. “Contemporary Issues in State-Religion Relations”. In *Chinese Religious Life*, eds. David A. Palmer, Glenn Shive, e Philip L. Wickeri, 191–208. Oxford: Oxford University Press, 2011. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199731398.003.0012>

*Lei Básica*, capítulo 6, 2017. Disponível em: [http://www.basiclaw.gov.hk/en/basiclawtext/chapter\\_6.html](http://www.basiclaw.gov.hk/en/basiclawtext/chapter_6.html) Acessado em: 8 dez. 2020.

Leung, Beatrice e Shun-hing Chan. *Changing Church and State Relations in Hong Kong, 1950-2000*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2003.

Liang, Jialin e, Fuzeng Xing (Ka-lun Leung and Fuk-tsang Ying). *Wǔ shí nián dài sān zì yùn dòng dī yán jiū* [O movimento patriótico dos Três-Eus na década de 1950]. Hong Kong: Alliance Bible Seminary, 1996.

Lindberg, Carter. *The European Reformations*. Oxford: Blackwell, 2010. <https://doi.org/10.1002/9781444315776>

Ma, Li. *Xian dai xing shi yu xia Minguo zheng fu zong jiao zheng ce yan jiu* [Estudo das políticas republicanas da China sobre religiões na perspectiva moderna]. Beijing: Zhongguo she hui ke xue chu ban she, 2010.

MacInnis, Donald E. *Religious Policy and Practice in Communist China: A Documentary History*. New York: Macmillan, 1972.

Mauldin, Joshua T. “Contesting Religious Freedom: Impossibility, Normativity, and Justice”. *Oxford Journal of Law and Religion*, 5, n. 3 (2016): 457–81. <https://doi.org/10.1093/ojlr/rww054>

Monsma, Stephen V., e J. Christopher Soper. *The Challenge of Pluralism: Church and State in Five Democracies*. Lanham: Roman & Littlefield, 1997.

Nedostup, Rebecca. *Superstitious Regimes: Religion and Politics of Chinese Modernity*. Cambridge, MA: Harvard University Asia Center, 2009. <https://doi.org/10.2307/j.ctt1x07x6s>

Qiu yu zhi fu gui zheng jiao hui [Igreja Reformada das Bênçãos da Chuva de Outono], “Wo men dui jia ting jiao hui li chang de zhong shen (jiu shi wu tiao)” in *Sheng ming ji kan* [Life Quarterly], no. 75, Sept, 2015. Disponível em: <https://www.cclifefl.org/View/Article/4248> Acessado em 19 de fev. 2020.

Ren, Jie e, Ling Liang. *Zhongguo de zong jiao zheng ce* [Política da China sobre religião]. Beijing: Min zu chubanshe, 2006.

Smith, Carl T. *Chinese Christians: Elites, Middlemen, and the Church in Hong Kong*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005.

Soothill, William Edward. *The Three Religions of China*, 3rd. ed. Oxford: Oxford University Press, 1929.

Starr, Chloë. “The Chinese Church: A Post-denominational Reality?”. In *The Changing World Religion Map: Sacred Places, Identities, Practice and Politics*, ed. Stanley D. Brunn, 2045–58. Dordrecht: Springer, 2015. [https://doi.org/10.1007/978-94-017-9376-6\\_108](https://doi.org/10.1007/978-94-017-9376-6_108)

Starr, Chloë. “Wang Yi and the 95 Theses of the Chinese Reformed Church”. *Religions* 7, n. 12 (2016). <https://doi.org/10.3390/rel7120142>

---

- Sullivan, Winnifred Fallers. *The Impossibility of Religious Freedom*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- Vala, Carsten T. *The Politics of Protestant Church and the Party-State in China: God Above Party?*. London: Routledge, 2018. <https://doi.org/10.4324/9781315178202>
- Wang, Aiming. *Church in China: Faith, Ethics, Structure—The Heritage of the Reformation for the Future of the Church in China*. Bern: Peter Lang, 2009.
- Wang, Aiming. *Ti zhi jiao hui yu zi you jiao hui* [Igreja magisterial e igreja livre]. Hong Kong: Centre for the Study of Religion and Chinese Society, 2017.
- Wang, Shunda. *Shen sheng zheng zhi: Zhongguo chuan tong zheng zhi de xing cheng* [Divine politics: The formation of traditional Chinese politics]. Beijing: Zhongguo wen shi chubanshe, 2005.
- Xie, Zhibin. *He yi gong gong? wei he shen xue? Han yu gong gong shen xue de hui gu yu qian zhan* [Por que pública e teológica? Uma visão geral e perspectiva para a teologia pública sino-cristã], CSRCS Occasional Paper No. 25 Hong Kong: Centre for the Study of Religion and Chinese Society, Chinese University of Hong Kong, 2016.
- Xing, Fuzeng. (Fuk-tsang Ying). *Dang dai zhong guo zheng jiao guan xi* [Relações igreja-estado na China contemporânea]. Hong Kong: Alliance Bible Seminary, 1999.
- Yang, C. K. *Religion in Chinese Society: A Study of Contemporary Social Functions of Religion and Some of Their Historical Factors* (1961; reeditado por Prospect Heights: Waveland Press, 1991).
- Yoshiko, Ashiwa, e David Wank. “Making Religion, Making the State in Modern China: An Introductory Essay”. In *Making Religion, Making the State: The Politics of Religion in Modern China*, ed. Yoshiko Ashiwa, e David L. Wank, 1–21. Stanford: Stanford University Press, 2009. <https://doi.org/10.1515/9780804771139>
- Yu, Anthony C. “On State and Religion in China”. *Religion East & West*, n. 3 (2003): 1-20.
- Yu, Anthony C. *State and Religion in China: Historical and Textual Perspectives*. Chicago: Open Court, 2005.
- Zhang, Jian. *Zhongguo gu dai zheng jiao guan xi shi* [História da relação estado-religião na China antiga]. Beijing: Zhongguo she hui ke xue chu ban she, 2012.
- Zimmerman-Liu, Teresa, e Teresa Wright. “Protestant Christianity in China, Urban and Rural: Negotiating the State and Propagating the Faith”. In *The Changing World Religion Map: Sacred Places, Identities, Practice and Politics*, ed. Stanley D. Brunn, 2059–74. Dordrecht: Springer, 2015. [https://doi.org/10.1007/978-94-017-9376-6\\_109](https://doi.org/10.1007/978-94-017-9376-6_109)

\*\*\*

Recebido: 23 de novembro de 2020

Aprovado: 24 de janeiro de 2021